

ARTIGO

ORIGENS HISTÓRICAS DA PAUTA EDUCACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU):

UMA ANÁLISE DO SUPLEMENTO “AFRO-LATINO-AMÉRICA” DO
JORNAL VERSUS¹

FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES

Professora do Departamento de Filosofia e História da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da Faculdade de Educação da Unicamp.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6658-3670>

RESUMO: O objetivo do artigo é apresentar ideias que circularam em importante periódico nos anos de 1970, em meio à ditadura militar, e que colaboraram para a formulação e sustentação da tese educacional defendida pelo Movimento Negro Unificado nos anos subsequentes. As fontes analisadas constituem parte da denominada *Imprensa Negra*, trata-se do suplemento “Afro-Latino-América” do *Jornal Versus*, veiculado em 20 números do periódico, entre 1977 e 1979. O ideário destacado das páginas de “Afro-Latino-América” conforma alicerces substantivos para o enfrentamento do eurocentrismo da sociedade brasileira e do brancocentrismo do sistema escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Afro-Latino-América; Imprensa Negra; Educação anti-racista; Movimento Negro.

¹ Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “Fundamentos teóricos e históricos da pauta educacional do Movimento Negro Unificado (MNU) no “Atlântico Negro” (1974 - 1982)”. Convênio n. 87/23, financiada pelo Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPEX).

HISTORICAL ORIGINS OF THE EDUCATIONAL AGENDA OF THE UNIFIED BLACK MOVEMENT (MNU):

AN ANALYSIS OF THE “AFRO-LATIN-AMERICA” SUPPLEMENT FROM *VERSUS* NEWSPAPER

ABSTRACT: This article aims to present the ideas disseminated by an important periodical in the 1970s – during the military dictatorship – which collaborated to formulate and to support the educational thesis defended by Unified Black Movement, in the following years. The sources analyzed are part of the so-called black press, specifically, the “Afro-Latino-América” supplement from the *Versus* newspaper. This mentioned section was published in twenty numbers of the *Versus*, between 1977 and 1979. The ideology highlighted through the “Afro-Latino-América” pages conforms substantive foundations for confronting the Eurocentrism of Brazilian society and the white centrism of the educational system.

KEYWORDS: Afro-Latino-América; Black press; Anti-racist education; Black Movement.

Recebido em: 30/06/2023

Aprovado em: 02/10/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p68-96>



Introdução

“[...] ou nós enfrentávamos ou nós enfrentávamos, nós não podíamos recuar, nós não podíamos recuar da opressão policial, nós não podíamos recuar da nossa pauta política e nós fomos à luta, nós fomos à guerra e ponto. Por isso que nós fizemos um ato público e fizemos um ato público sob a ditadura, tem momentos que nós temos que ter coragem de enfrentamento e nós pautávamos naquele momento que nós éramos herdeiros de zumbi, herdeiros de Palmares. Essa que é a realidade, foi isso que aconteceu. A coragem, respeito aos nossos antepassados, conhecimento. Porque nós tiramos Palmares do rodapé da história. Essa que é a verdade que nós fizemos. Quando nós fazemos do 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra nós sabíamos que nós tínhamos essa responsabilidade histórica de tirar Palmares do rodapé da história do Brasil e de sermos sujeitos da nossa história, é essa nossa luta”

Rafael Pinto²

Como afirma Rafael Pinto, fundador do Movimento Negro Unificado (MNU) e uma das principais referências das lutas negras desde os anos de 1970, a sua geração foi responsável por colocar o enfrentamento do racismo em outro patamar, trazendo à tona a necessidade de reescrever a história do país numa perspectiva afrocentrada como condição de uma sociedade menos desigual e violenta. A filósofa Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 105), ao tratar de genocídios cometidos na história mundial, aborda a necessidade de resgate, de lembrar dos mortos que não puderam ser enterrados. A autora fala de um lembrar ativo: “um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente. As palavras de Rafael Pinto na epígrafe demonstram o seu comprometimento e o de sua geração com essa tarefa altamente política, sintetizada por Gagnebin (2006, p. 47), a

² Transcrição de uma fala de Rafael Pinto em OCUPAÇÃO CULTURAL JEHOLU (2023).

saber: a tarefa de “lutar contra o esquecimento e a denegação” para que o horror não siga se repetindo.

Ao longo da década de 1970, diferentes organizações negras surgiram e se desenvolveram articulando cultura e política. Foram diversas as frentes de luta e resistência que elegeram o mito da democracia racial como a ideologia a ser combatida, visando à denúncia e à contestação do racismo incrustado nas relações sociais do país. No Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), fundado em 1978 e logo em seguida denominado apenas MNU, a cultura alçou espaço de importância, tendo como um de seus eixos a educação antirracista (Movimento Negro Unificado, 1978). Nessa perspectiva, a história do Brasil teria que ser recontada de modo que a resistência negra e as culturas africanas constassem como fundamentos construtivos da formação social do país.

O presente artigo discute origens históricas da constituição da pauta educacional do MNU, que tem como uma de suas principais teses a necessidade da introdução da história e das culturas africanas nas escolas. Tais reivindicações foram construídas com base na atuação dos movimentos negros que emergiram nos anos de 1970 e convergiram para a formação do MNU, sob a influência de experiências desenvolvidas pela resistência negra e suas respectivas discussões educacionais em outros países, como nos Estados Unidos e países em processo de descolonização.

As formulações no campo da educação que se consolidam no programa de ação do MNU são tão significativas para as lutas contra o racismo no Brasil que ultrapassam os limites do próprio movimento, tornando-se peças-chave para as organizações negras desde então (Carneiro, 2007).

Exemplo disso foi a presença da tese educacional do MNU no debate legislativo na elaboração da Constituição de 1988. Na primeira fase da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987, houve duas Audiências Públicas na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias que trataram dos temas raciais. Representantes do Movimento Negro estiveram lá, entre elas, a filósofa Lélia Gonzalez e a pedagoga Helena Theodoro, que destacaram: “somente por meio do conhecimento da história do Brasil Real, a partir da desconstrução do eurocentrismo e do mito da democracia racial” seria possível a construção de uma Nação (*apud* Neris, 2018, p. 106).

Gonzalez (2020), em seu discurso na audiência pública na ANC, destacou que o racismo produziu uma sociedade no Brasil com visão alienada de si e afirmou que a escola, bem como a prática e teoria pedagógica colaboram centralmente nesse projeto racista. Por isso, segundo a filósofa: “dentro da escola, nós temos que lutar, e já foi colocada, que é uma das nossas grandes reivindicações, lançada, inclusive pelo MNU [...] nesses anos todos de luta, a instauração da história da África num currículo em todos os níveis e graus do ensino público e gratuito no Brasil.” Então ela conclui que: “um povo que desconhece a sua própria história, a sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo” (Gonzalez, 2020, p. 252).

Passaram-se mais de duas décadas entre o surgimento do MNU e a promulgação da Lei 10.639/2003 que determina a obrigatoriedade do ensino da história da África nas escolas, até hoje tida como uma das principais conquistas históricas do movimento (Pereira, 2019). Em 2023, completam-se 20 anos da lei n. 10.639/2003 e se faz oportuno resgatar aspectos do debate intelectual e político que originou os fundamentos dessa tardia conquista, que permanece, contemporaneamente, como desafio a ser vencido nas escolas brasileiras, uma vez que a maioria delas não cumpre as determinações legais dessa normativa (Benedito; Carneiro; Portella, 2023).

Sendo assim, o objetivo do artigo é apresentar ideias que circularam em importante periódico nos anos de 1970 e que colaboraram para a formulação e sustentação da tese educacional defendida pelo MNU. As fontes analisadas constituem parte da denominada *Imprensa Negra*, trata-se da coluna “Afro-Latino América”, do Jornal *Versus*, veiculada em 20 números do periódico, entre 1977 e 1979. Esta coluna de *Versus* recepcionou as teses de intelectuais negros proeminentes, assim como as formas e os símbolos das lutas políticas empreendidas nos EUA e África, dedicando-se, correlativamente, às reflexões sobre a situação do povo negro brasileiro (Rios, 2014). A leitura sistemática das fontes foi realizada em função de 2 eixos de análise: I) A denúncia do racismo e as desigualdades educacionais; II) Bases para o enfrentamento do eurocentrismo cultural da sociedade brasileira e o “brancocentrismo” do sistema educacional, sendo que esse segundo eixo é desdobrado em 3 blocos: A) Conexões históricas com as lutas negras internacionais; B) Organizações negras; C) Defesa da reescrita da história da pessoa negra.

O artigo está organizado em três partes, além desta introdução. Primeiramente são abordadas as desigualdades educacionais e raciais no Brasil nos anos de 1970, bem como as expressões de sua denúncia no debate intelectual dentro e fora do movimento negro. Em seguida, são apresentados os fundamentos da pauta educacional do MNU nas páginas da coluna “Afro-Latino América”, do *Jornal Versus*. Em sua última parte, são expostas as considerações finais.

Desigualdades raciais, educação e movimento negro sob a ditadura

Segundo diferentes frentes e proposições, o debate educacional na crise da ditadura, em meados dos anos de 1970, foi disparado por um conjunto de circunstâncias que se expressavam num alto grau de seletividade e exclusão escolar, além da enorme precariedade infraestrutural e do rebaixamento salarial das docentes (Spósito, 1993; Cunha, 1991; Rodrigues, 2022).

Os dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1976, traziam um índice de escolarização da população entre 7 e 14 anos de 66,93% no país como um todo, de 79,6% na área urbana e de apenas 49,79% na área rural. Os ingressos tardios, as reprovações e os abandonos eram a regra naquele período, ocasionando o fato aterrador de 90% das crianças com ao menos um ano de atraso escolar (Barreto, 1979).

Observando apenas esses dados gerais já é possível alcançar a difícil situação da escola pública ao final dos anos de 1970 e início da década seguinte. No entanto, se acrescentamos um corte de raça a esses dados, é possível notar uma situação gravemente dissonante entre pessoas brancas e negras. Segundo Rosemberg (1987), o alunado negro apresentava índices de exclusão e repetência superiores ao branco em todas as séries do 1º grau. Para Lélia Gonzalez, as desigualdades educacionais eram melhor visualizadas desde que se considerasse a questão racial. A trajetória mais acidentada das crianças negras, como expressão da alta seletividade da escola básica, fez com que o aumento das oportunidades educacionais no ensino superior não atingisse parte muito significativa da população brasileira:

O Censo de 1980 revelava a existência de 35% de analfabetos na população maior de cinco anos. Entre os brancos, a proporção era de 25%, enquanto entre os negros era de 48%, ou seja, quase o dobro. Os graus de desigualdade educacional se acentuavam ainda mais quando se trata de acesso aos níveis mais elevados de escolaridade. Em 1980, os brancos tinham 1,6 vez mais oportunidades de completarem de cinco a oito anos de estudos, 2,5 vezes mais de completarem de nove a onze anos de estudos e seis vezes mais de completarem doze ou mais de estudos (Gonzalez, 2020, p. 97).

Para o enfrentamento das desigualdades raciais e do preconceito contra o povo negro, em 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Buscando se estruturar como uma organização política e cultural de âmbito nacional, explicitava que seu objetivo era lutar pela emancipação política, social, econômica e cultural da população negra.

Embora tenha havido a participação de integrantes do MNU na luta conduzida por educadores e intelectuais em defesa da escola pública, especificamente nas Conferências Brasileiras de Educação, a presença dos militantes negros foi periférica. Na I Conferência Brasileira de Educação (CBE), em 1980, os integrantes do movimento negro Maria do Carmo Luiz, Maria Nazaré Salvador e Henrique Cunha Júnior apresentaram o painel *Nós (Negros): elementos marginais à educação brasileira*, em que discutiram a discriminação racial combinada às determinações econômicas como causa da marginalização de pessoas negras dos processos educacionais. Na II CBE, houve o painel *Democratização racial*, com os mesmos palestrantes, que expuseram o impacto do ideal de branquidade que exalta os valores da sociedade branca e gera crianças negras inseguras e que negam o seu eu. A reivindicação que se explicita é a necessidade de trazer a história da África às escolas, de modo a romper com a visão objetificada dos negros, produzida pela escravidão e pelo colonialismo (Rodrigues, 2022).³

³ A organização das Conferências Brasileiras de Educação resulta da ação coletiva da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPed), do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e da Associação Nacional de Educação (ANDE). A I CBE ocorreu entre 31 de março e 3 de abril de 1980 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo reunido cerca de 1400 profissionais de diferentes áreas do campo da educação e provenientes de 18 estados brasileiros. Já a II CBE foi realizada entre 10 e 13 de junho de 1982, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e reuniu cerca de 2200 participantes. (Braga, 2020)

Em projeto de pesquisa de minha autoria⁴, foi investigado o debate acerca da escola pública na transição para a Nova República. O estudo das revistas *Educação & Sociedade* e *Revista da Anede (Associação Nacional de Educação)* – importantes publicações engajadas que surgiram naquela época –, bem como dos anais das Conferências Brasileiras de Educação dos anos de 1980, trouxe a constatação da ausência de articulação sistemática entre o debate da escola pública e o tema das relações raciais no país. Quando a pauta apareceu, como no caso das I e II CBEs, tratou-se apenas de discussão pontual, sem maiores reverberações no debate entre os educadores.

A dissertação de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, de 1987, tratou da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública e dialogou criticamente com as publicações do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e da Anede, apontando, ademais, a ausência da temática racial entre as preocupações dos periódicos. O autor assinalou que a defesa da escola pública realizada por essas entidades não colocava em primeiro plano a necessidade de que o patrimônio cultural dos grupos étnico-raciais não brancos tivesse lugar de importância no ensino para que a escola pudesse cumprir seu papel político. Uma das explicações possíveis seria dada pela desvinculação entre esses movimentos de educadores e o movimento negro (Gonçalves, 1987).

A ausência ou a posição periférica dos debates raciais nas discussões educacionais presentes nas pesquisas realizadas têm relação com a dificuldade na própria esquerda brasileira de considerar as questões raciais tão centrais para a luta social quanto as questões de classe. Lélia Gonzalez (2020) afirma que o mito da democracia racial era tão entranhado no pensamento brasileiro, que precisava ser combatido também em seus desdobramentos nas lutas da esquerda, as quais não atribuíam a devida importância ao racismo. Afirmarões semelhantes com relação às resistências da esquerda em valorizar a pauta racial em mesmo patamar que as demandas classistas percorrem as páginas de “Afro-Latino-América”, que registra o depoimento de Milton Barbosa, importante liderança do MNU:

⁴ O referido projeto de pesquisa foi financiado pela Fapesp, número de processo: 19/03702-2. Os resultados da pesquisa foram publicados pela Editora da Unicamp, em Rodrigues (2022).

Nem sempre os setores ditos progressistas vão perceber a necessidade democrática do negro participar enquanto raça. [...]

O negro tem problemas específicos. Sofre determinada exploração e opressão, em função de sua raça, mas sofre também as consequências de sua condição de classe, enquanto trabalhador, explorado e dominado. E num momento como este, quando o negro começa se reunir e discutir os seus problemas, se organizar, é preciso lembrar a abolição da escravatura, a proclamação da República, as revoltas populares, que ocorreram ao longo da história. E as mobilizações do século XX. Todos estes fatos nos mostraram como o negro ficou fora do processo de conquistas, como foi utilizado no processo de lutas, sem ter benefícios em termos coletivos (Afro-Latino-América, 2014, p. 76).

Na década de 1930, Gilberto Freyre, conhecido sociólogo brasileiro, difundiu a tese de que a distância social no Brasil se devia muito mais às diferenças de classe do que por preconceitos de cor ou raça e que a miscigenação estaria resolvendo os semelhantes problemas raciais que atormentavam os estadunidenses. Ainda na mesma década, a organização política denominada Frente Negra Brasileira (FNB) denunciou a falácia do mito, exigindo uma segunda abolição, que, de fato, libertasse o povo negro e promovesse sua real integração na sociedade (Fernandes, 2008). Nos anos de 1950, uma equipe formada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, na USP, investigou o tema e conferiu *status* científico às constatações de que a maioria da população negra era mantida em condição subalterna, porque sempre que competiram com os brancos foram discriminados (Costa, 1999).

A despeito das críticas que o mito da democracia racial recebeu, tanto pelo movimento negro nos anos de 1930 quanto, décadas depois, no âmbito acadêmico da Universidade de São Paulo (USP), a instauração da ditadura de 1964 significou a adoção de uma política que criminalizava aqueles que pautassem o preconceito racial, com a alegação de que dessa maneira se estaria incitando a violência e criando um problema inexistente (Kössling, 2007).

O mito da democracia racial foi assumido pelo Estado brasileiro enquanto houve crescente urbanização, proletarização da população, juntamente ao *boom* do ensino superior privado, responsável por um crescente número de negros graduados. O pequeno quantitativo de negros que finalizava o ensino superior se deparava com extremas dificuldades de acessar o mercado de trabalho nas profissões para as quais se haviam se

formado, bem como tinham que se sujeitar a receber salários até 30% menores (Santos, 1985; Ratts, 2021).

O acesso à universidade pela geração de negros que viria a compor a liderança do movimento negro nos anos de 1970 e 1980 foi determinante para a importância política alcançada por essas organizações. As universidades constituíam espaço de resistência e organização política, logo, a juventude negra que nelas adentrou “viu-se confrontada com as mobilizações estudantis e engajamentos políticos antitadura, correntes e formações partidárias clandestinas, inspiradas pelo ideário da esquerda política” (Rios, 2014, p. 49). Esses mesmos jovens também frequentavam espaços de sociabilidade negros que emergiam naquele contexto: bailes *blacks*, escolas de samba, centros culturais contestadores do racismo. Desse modo, se dá na trajetória desses indivíduos um entrelaçamento entre a atuação em organizações políticas de esquerda e os espaços culturais negros que promoviam debates acerca dos temas raciais. Foram constituídas, assim, circunstâncias muito favoráveis para estimular o crescimento do movimento negro.

Entende-se aqui o movimento negro a partir da acepção assumida por Joel Rufino dos Santos (1985), que o compreende de maneira ampla. Trata-se de todas as entidades de qualquer natureza, e todas as ações de qualquer tempo, compreendidas tanto as de autodefesa física e cultural do negro, quanto aquelas explicitamente organizadas contra o racismo.

Devido ao contexto político e econômico mencionado, os anos de 1970 foram férteis na expansão do movimento negro e culminam na criação de uma organização de dimensão nacional, o MNU. Apesar da ausência de maiores ligações com o debate dos educadores engajados na defesa da escola pública, o MNU formulou uma pauta educacional adensada.

Segundo Pereira (2010, p. 165), para que o MNU surgisse ao final dos anos de 1970, com discurso estabelecido, “foi necessária a constituição de uma rede de organizações e lideranças na primeira metade da década de 1970 em diferentes estados da federação.” Entre estes, destacam-se: o Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, em 1971; o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), em 1971, o Núcleo Negro Socialista, em 1974, e o grupo de teatro Evolução, em 1972, em São Paulo; o Bloco Afro Ilê Aiyê, em 1974, o Núcleo Cultural Afro Brasileiro, em 1976, na Bahia; o Instituto de Pesquisa sobre Cultura Negra e o Centro de Estudos Brasil-África, em 1975, no Rio de Janeiro. Da mesma forma, Clóvis

Moura (1980) e Lélia Gonzalez (2022) entendem que o MNU resultou das articulações de uma série de atividades culturais, sociais e recreativas que tomaram posições políticas contra o preconceito de cor.

Cada uma dessas organizações colaborou, de maneiras por vezes diferentes, com a formulação de uma pauta educacional que adquiriu contornos mais definidos no Programa de Ação do Movimento Negro Unificado. Aprovado em assembleia nacional em 4 de novembro de 1978, na cidade de Salvador, Bahia, entre os nove pontos elaborados, os itens 3 e 4 do Programa dizem respeito à educação e assuntos correlatos (Movimento Negro Unificado, 1978):

- 3 - Contra a discriminação racial nas escolas:
 - Por melhores condições de ensino aos negros
 - Por um ensino voltado para os interesses e valores do povo negro
 - Por melhores condições de participação dos negros no esporte amador
 - Por mais vagas nas escolas públicas: municipais, estaduais e federais
 - Por mais bolsas de estudos
 - Por mais escolas técnicas e profissionais públicas
 - Pela criação de escolas autônomas na comunidade
 - Pelo ensino público e gratuito para todos os níveis
- 4 - Contra a comercialização, folclorização e distorção da cultura negra
 - Pela reavaliação do papel do negro na História do Brasil
 - Pela inclusão da disciplina História da África nos currículos escolares
 - Pela participação dos negros na elaboração dos currículos escolares em todos os níveis e nos órgãos culturais
 - Pela total liberdade de expressão e prática de religiões afro-brasileiras em todo o território nacional
 - Contra a colonização cultural.

Portanto, para além de uma pauta integracionista, defende-se uma reformulação completa da educação brasileira que inclua: a reavaliação do papel do negro na história do Brasil, a participação do negro na elaboração dos currículos escolares em todos os níveis e órgãos culturais, a inclusão da disciplina história da África nos currículos escolares, em suma, um ensino voltado para os valores e interesses do povo negro e de todos os oprimidos.

Enfocaremos na próxima seção deste artigo o suplemento “Afro-Latino-América” analisando-o a partir de suas contribuições na produção de argumentos para sustentação e fortalecimento da pauta educacional do MNU.

Fundamentos da pauta educacional do MNU nas páginas do “Afro-Latino América”, do Jornal *Versus*

Versus foi criado em 1975, como publicação bimestral, pelo jornalista gaúcho Marcos Faerman em São Paulo. Começou sendo comercializado de mão em mão, tendo atingido seu apogeu entre julho e novembro de 1977, quando chegou a vender mais de 35 mil exemplares por edição. A equipe editorial reuniu jornalistas que se tornariam posteriormente renomados, como Caco Barcellos. *Versus* foi também espaço editorial privilegiado para cartunistas, desenhistas e criadores de quadrinhos como Luiz Gê, os irmãos Chico e Paulo Caruso, Angeli e Jota (Kucinski, 2018).

Para além de redigir a informação de forma objetiva e direta, buscava-se a expressão artística e a valorização estética para fazer circular ideias de resistência, como afirma Kucinski (2018, p. 248): “Por trás desses atributos estava um imaginário original, que era de esquerda sem ser doutrinário, cultural sem ser estritamente literário e jornalístico sem ser contingente, e temática própria, a de uma América Latina quase totalmente submetida a regimes autoritários”.

No entanto, é somente em 1977 que a política real entra nas páginas de *Versus* por meio de um suplemento dedicado à questão negra, “Afro-Latino-América”: “que se torna um espaço de aglutinação de militantes do movimento negro, o primeiro jornal negro dentro de um outro jornal” (Kucinski, 2018, p. 256). Faerman traz para dentro de *Versus* uma equipe de intelectuais, estudantes de jornalismo e militantes negros.

Neusa Maria Pereira, recém-formada jornalista, havia publicado um texto em *Versus* revelando toda a sua revolta contra a discriminação secular sofrida pela mulher negra (Pereira, 2020b). Ela frequentava regularmente a redação do jornal e acompanhava as discussões de pautas, quando foi convidada pelos editores a trazer outros jornalistas negros para incluir as questões dos negros num suplemento específico que viria a compor a publicação. Neusa Pereira trouxe Hamilton Bernardes Cardoso e Jamu Minka (Pereira, 2020a). Hamilton Cardoso teve presença marcante em “Afro-Latino América”, à época ele já era bastante atuante em organizações negras como o CECAN, fundado em 1971 pela atriz Thereza Santos e pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, ambos também partícipes do *Versus*. Thereza Santos

(2008), perseguida no período da ditadura, foi exilada em Moçambique, Guiné-Bissau e Angola entre 1974 e 1978 (Rios, 2014a). No exílio, pôde se tornar informante privilegiada da realidade guineense e angolana. É possível mencionar ainda as presenças de Abdias do Nascimento, que enviava contribuições do exílio estadunidense, e também de Lélia Gonzalez. Assim, entre os nomes que compuseram o “Afro-Latino-América” estavam figuras com experiência em organizações negras e fortemente influenciadas pelas lutas negras mundiais (Rios, 2014; Hanchard, 2001).

Na perspectiva de Paul Giroy (2019, p. 20), trata-se de considerar que a compreensão dos movimentos negros torna-se mais acurada se os inserirmos num “circuito comunicativo que capacitou as populações dispersas a conversar, interagir e mais recentemente até a sincronizar elementos de suas vidas culturais e sociais”, denominado pelo autor de *Atlântico Negro*, é este um espaço transatlântico que conecta, culturalmente, Novo Mundo, Europa e África (Giroy, 2021).

Partindo da análise de Hasenbalg (1991), é possível reconhecer dois eixos nos fundamentos da tese educacional lançada pelo MNU nos seus primeiros anos de existência: I) A denúncia do racismo, base de preconceitos e injustiças na relação entre brancos e negros em sua correlação com a produção das desigualdades educacionais; II) Abordagem da cultura e da identidade que coloca em xeque o eurocentrismo cultural da sociedade brasileira e o brancocentrismo do sistema educacional. Considerando esses eixos, foi realizada a leitura das 20 edições de “Afro-Latino-América”.⁵

Eixo de análise I: A denúncia do racismo – produtor de desigualdades

O primeiro eixo, relativo à denúncia do racismo, atravessa a maior parte das edições de “Afro-Latino-América”, uma vez que “denunciar o racismo disfarçado pelo autoritarismo do regime militar imposto em 1964 era tarefa diária da militância” (Silva, Santos, 2015, p. 7). O suplemento “Afro-Latino-América” contou e fotografou muitas histórias e registrou a memória de

⁵ O suplemento Afro-Latino-América foi publicado em vinte edições do Jornal Versus de maneira contínua a partir do número 12 ao número 31 do Jornal, entre julho de 1977 e abril de 1979.

personalidades negras, ao retratar a realidade do negro censurada conforme destacam Flavio Jorge Silva e Gevanilda Santos (2015, p. 7).

Das 20 edições analisadas, em 13 delas, há matérias com denúncias contra o racismo vivido por pessoas negras em circunstâncias diversas.⁶ Já na edição número 13, é exposto o racismo presente na proposta de esterilizar as mulheres negras. Ideia que está presente na ficção de 1926 escrita por Monteiro Lobato (2008), *O presidente negro*, como projeto de impedir a reprodução das pessoas negras, era a realidade que ameaçava o povo negro nos anos de 1970: “Controlar o nascimento das crianças pobres é evitar o nascimento de crianças negras. Os homens e mulheres negros assassinados através da história vão ser impedidos de renascer” (Afro-Latino-América, 2014, p. 17).

As edições de número 14 e 15 revelam a interdição sofrida pela delegação brasileira, impedida de comparecer no *I Congresso de Cultura Negra das Américas*, em Cali na Colômbia, entre 24 e 28 de agosto de 1977. A denúncia veio do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), por meio de seu presidente Clóvis Moura. O Itamaraty negou a isenção de depósito para a delegação viajar ao exterior, sem explicar o motivo, num ato discriminatório, segundo a organização negra.

A edição número 17 traz uma lista de casos de racismo extraídos do cotidiano, ocorridos em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Caçapava, São José do Rio Preto. Casos de pessoas negras impedidas de entrar em clubes, prédios, baile e a atitude do embaixador da África do Sul que teria se recusado a visitar o prefeito de Belém por ele ser negro. Situações como estas, bastante recorrentes na vida dos indivíduos negros, também foi sofrida pela própria equipe do “Afro-Latino América”. Ao saírem de uma reunião na sede do CECAN, foram abordados de maneira truculenta por policiais, resultando em passagem do grupo pela delegacia (Afro-Latino-América, 2014).

As desigualdades raciais se expressam no acesso à educação. *Versus* denuncia o preconceito contra os negros embutido na lei que impede os analfabetos de votarem. A matéria traz: “O negro, na sua maioria, é analfabeto. Analfabeto não vota. Começa o primeiro sistema de peneiramento. A perda de um grande potencial de integração no processo político. [...] É centenário

⁶ Foram identificadas as seguintes edições de *Versus* em que o “Afro-Latino-América” trouxe matérias com denúncias de racismo: 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28 e 31.

alijar o negro de qualquer processo de participação” (Afro-Latino-América, 2014, p. 41).

Uma das entrevistas traz as dificuldades que aproximam negros e indígenas. Realizada com três lideranças, duas do movimento indígena e outra do movimento negro: Mairauê, indígena kajabi, e Puyú, indígena sukarramaen, ambos residentes no Parque Xingu, e Rafael Pinto, à época, estudante de Ciências Sociais na USP e pertencente a vários grupos que trabalhavam para a defesa do elemento negro. Eles dialogam sobre as convergências entre indígenas e negros, pois são alvo de uma mesma dinâmica espoliatória. Rafael Pinto destaca que as etnias negras sofrem uma exploração adicional, advinda da destruição de suas identidades e culturas (Afro-Latino-América, 2014, p. 48).

Na mesma edição, de número 21, o tema da denúncia contra o racismo aparece em razão das criticadas celebrações do 13 de maio, segundo a matéria: “O treze de maio deve ser transformado num dia de denúncia do preconceito racial e da exploração social, comum a negros e brancos” (Afro-Latino-América, 2014, p. 49). Tendo como mote a argumentação apresentada sobre a data, trabalhadores de diferentes setores, entrevistados por Neusa Maria Pereira, respondem sobre o que pensam da abolição, trazendo perspectivas de resistência e de luta articulada à classe trabalhadora.

Os assassinatos de pessoas negras, sejam lideranças políticas nacionais ou internacionais, sejam de indivíduos que vivem em periferias ganham as páginas do jornal. O assassinato de Júlio Santos, líder de movimentos dos trabalhadores dos campos de Pernambuco, preso e perseguido durante a ditadura, é trazido juntamente a um pedido de socorro à sua família, que sofria em penúria econômica (Afro-Latino-América, 2014).

Hamilton Cardoso traz o relato dolorido do bárbaro assassinato pela polícia de Robson Silveira da Luz, por ter, numa noite junto a outros amigos, roubado de um feirante três caixas: uma de laranja, uma de abacaxi e uma de mexerica, ao saírem de uma festa cantando e brincando pelas ruas da Vila Popular, em São Paulo. O rapaz sofreu horas de torturas, foi levado ao Hospital das Clínicas e morreu alguns dias depois. A família escreveu uma carta aberta que foi lida no lançamento do Comitê Brasileiro de Anistia, em 12 de maio, pelo grupo Afro-Latino-América. O assassinato de Robson Luz foi uma das motivações para a fundação do MNU (Afro-Latino-América, 2014, p. 51). Há

também a denúncia de impunidade quanto a outro caso de racismo que motivou a criação do MNU, ocorrido no Clube Regatas Tietê, quando dois esportistas negros foram impedidos de entrar na piscina (Afro-Latino-América, 2014).

Duas edições adiante, no número 24 de *Versus*, no suplemento “Afro-Latino-América”, Maria Dulce Pinheiro Pinto notifica o assassinato de Robson Luz sob a perspectiva das mulheres negras, já que a viúva de Robson, Vivi, era gestante, tinha uma criança pequena e não podia trabalhar, enquanto o pai de seus filhos havia sido covardemente exterminado pela polícia. Circunstâncias como as vividas por Robson Luz corroboravam uma das teses defendidas pelo MNU, a de que os negros, alvo da violência policial, eram também objeto de perseguição política, logo, a população carcerária, majoritariamente negra, deveria também ser parte da Lei da Anistia:

A forma do indivíduo expressar a sua oposição em relação à situação atual varia de acordo com o seu nível de consciência. Se o indivíduo tem claro as causas que eram a sua condição de dominado e explorado, ele se organizará em grupo político para ter uma atuação organizada. Quando ele não tem esta consciência, a sua ação se dá ao nível individual, daí o assalto ao patrimônio privado. Nos dois casos, a ação do indivíduo expressa uma posição política, diferenciando-se apenas nas formas: uma individual e outra coletiva. O Estado, porém, reprime em ambos os casos. Quando o indivíduo participa de uma luta política por uma sociedade mais justa e pratica assalto à propriedade privada, e uma destas formas é o assalto à banco, é considerado preso político. No entanto, quando a ação se dá no nível individual, o elemento que a pratica é considerado preso comum, da qual discordamos e caracterizamos também como um preso político (Afro-Latino-América, 2014, p. 75).

A última edição de “Afro-Latino-América” evidencia o tom que atravessa a maior parte das denúncias que percorreram as páginas do periódico ao longo dos anos. Tratando do tema do ano internacional da criança, Wanderlei José Maria traz dados econômicos e os relaciona à mortalidade infantil e à marginalização das crianças negras. Enquanto o Brasil possui um dos maiores Produtos Internos Brutos do planeta, a concentração abissal da renda é a base do racismo institucional que promove o genocídio do povo negro (Afro-Latino-América, 2014).

Eixo de análise II: Bases para o enfrentamento do eurocentrismo cultural da sociedade brasileira e do brancocentrismo do sistema educacional

As matérias relacionadas ao segundo eixo, por serem em maior número, foram organizadas em três blocos: A) Enfoque na mobilização de organizações negras e na produção da imprensa negra que ressurgia no período, considerando-as como instrumentos de enfrentamento e difusão de uma perspectiva crítica do eurocentrismo e da defesa das matrizes africanas da cultura brasileira;⁷ B) Conexão histórica das lutas do povo negro no Brasil e aquelas que ocorriam nos Estados Unidos e pela descolonização da África;⁸ c) Matérias que reivindicavam e expressavam uma nova história do negro no Brasil.⁹ Os três blocos e suas respectivas matérias encontram-se sistematizados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Matérias presentes no eixo II - Bases para o enfrentamento do eurocentrismo cultural da sociedade brasileira e do brancocentrismo do sistema educacional

Bloco	Número do Jornal Versus	Títulos das matérias
A - Mobilização de organizações negras e produção da imprensa negra	13	"Imprensa negra"; "Secan"
	16	"Evolução"
	17	"Reorganização"; "acacab"
	21	"Novas publicações negras" "Núcleo no PA"; "Saiu tição"
	22	"Grupo Vissungo"
	23	"E agora?"
	24	"Um ano de "Afro-Latino-América"; "Mudem de estação: queremos um programa!"; "Movimento Negro"; "Garra negra"
	25	"O movimento avança"
	26	"Os caminhos do movimento negro"
	27	"Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial"
	28	"Luta, história e festa"

⁷ Foram identificadas matérias pertinentes ao referido Bloco A nos seguintes números de *Versus* no suplemento "Afro-LatinoAmérica": 13, 16, 17,21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28.

⁸ Foram identificadas matérias pertinentes ao referido Bloco B nos seguintes números de *Versus* no suplemento "Afro-Latino-América": 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21,22, 25, 27, 29 e 30.

⁹ Foram identificadas matérias pertinentes ao referido Bloco C nos seguintes números de *Versus* no suplemento "Afro-Latino-América": 14, 15, 16, 17, 18, 25, 27 e 28.

B - Conexão das lutas do povo negro nos Estados Unidos e pela descolonização da África.	12	"Nem almas brancas nem máscaras negras"
	13	"Páginas brancas de uma noite negra"; "Lombada"
	14	"Brasil negro não vai à Colômbia"
	15	"Contra o racismo por uma nova história"
	16	"RE-E-DU-CAR"
	17	"Amandla"
	20	"Onde estão os panteras?"
	21	"Redescoberta da África"
	22	"A legião da morte"
	25	"FBI contra o movimento negro"
	27	"Negro"
	29	"As raízes de Tereza Santos: Guiné Bissau"
	30	"África"; "Atenção! Um ano de intensas lutas no continente" "As raízes de Tereza Santos: Angola"
C- Por uma nova história do negro no Brasil	14	"Nossa história"; "13 de maio ou 1º de abril?" "28 de setembro"
	15	"Contra o racismo por uma nova história"
	16	"Palmares fazendo liberdade"; "Democracia racial: mito ou realidade? - parte 1"
	17	"Democracia racial: mito ou realidade? - parte 2"
	18	"Democracia racial: mito ou realidade? - parte 3"; "A frente negra brasileira"
	25	"O movimento avança"
	27	"Quilombos e resistência popular"
	28	"Carta aos irmãos da diáspora"

Fonte: Afro-Latino-America (2014). Elaboração Própria.

No Bloco A, destacam-se as matérias que enaltecem a criação de entidades e o ressurgimento de uma imprensa negra. A edição de número 13 de *Versus* traz em de "Afro-Latino-América" a celebração do jornal *Sinba*, como uma iniciativa séria e mais avançada do que aquelas existentes na década de 1960. Conta também a história do CECAN, surgido em 1971, e destaca a montagem da peça *Agora falamos nós*, de Thereza Santos e Eduardo Oliveira e Oliveira: [...] um protesto sobre as condições de vida do negro brasileiro e uma afirmação sobre a importância da cultura e contribuição para o desenvolvimento humano" (Afro-Latino-América, 2014, p. 20). No suplemento da edição de número 16 de *Versus* há a divulgação do

grupo de teatro Evolução e sua peça Contrastes (Afro-Latino-América, 2014, p. 29). O grupo Visungo também é divulgado, no número 22, por se dedicar ao trabalho sobre culturas negras a partir da música e do teatro. Na 28ª edição, é veiculado o Festival Comunitário Negro Zumbi, o FECONEZU, ocorrido em Araraquara em 1978, e o lançamento, nesse mesmo ano, dos *Cadernos Negros*, em São Paulo, com a participação de autores provenientes de diferentes estados.¹⁰ As origens negras da escola de samba Vai-Vai são trazidas numa entrevista como um de seus fundadores (Afro-Latino-América, 2014).

A edição de número 17 notifica a criação do Grupo de Estudos de Cultura Afro-latino-americana em Criciúma e convida para sua I Semana de Estudos Afro-Latino-Americanos; assim como informa o surgimento da Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, entidade paulistana, engajada na educação, além de trabalhar com o ensino de idiomas como o yoruba, nbundo, inglês, francês, anuncia que “nesta área de informação a entidade pretende trabalhar para criação de cadeiras de estudos africanos nas escolas secundárias e universidades” (Afro-Latino-América, 2014, p. 32).

São divulgados também o aparecimento, em Belém do Pará, de um núcleo de apoio ao “Afro-Latino América”, vinculado a estudantes de direito da Universidade do Pará, bem como a criação dos *Cadernos Cândido Mendes*, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes, além da revista *Tiçãõ*, no Rio Grande do Sul, que visava a discutir a participação do negro no âmbito das reivindicações sociais e sua história.

As edições de número 23, 24, 25,26 e 27 de *Versus* trazem no suplemento longas matérias, imagens, entrevista e documentos relativos à criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Há um relato detalhado, escrito por Hamilton Cardoso, sobre o lançamento do MNUCDR em 7 de julho de 1978, nas portas do Teatro Municipal de São Paulo. Segundo o periódico, tratou-se de um dia histórico:

A carta foi lida por mais de quinhentas pessoas. Assim iniciou-se o ato público. Depois vieram as manifestações. Milton Barbosa, associado do Cecan; Antonio Leite, da Associação Cultural Brasil Jovem, o poeta Eduardo de Oliveira, Neusa Maria Pereira do grupo Afro-Latino-América. Muitos outros falaram para as massas negras depois de

¹⁰ Para um estudo aprofundado sobre os *Cadernos Negros*, consultar Souza (2006).

muitos anos de desmobilização. E os negros se achegavam, cada vez mais (Afro-Latino-América, 2014, p. 57).

Houve reportagens com a finalidade de difundir a forma como o MNUCDR se organizaria nas localidades, por meio de centros de luta “que são grupos de negros organizados em seus locais de trabalho, bairros, favelas, escolas, candomblé, escolas de samba, para levarem a luta contra a discriminação racial”, além dos outros níveis de coordenação em nível municipal, estadual e interestadual (Afro-Latino-América, 2014, p. 63).

A II Assembleia nacional do MNUCDR foi noticiada no número 25 de *Versus*, cabe destacar como foi tratado o tema da educação nesse evento:

Com relação à educação exige-se uma maior participação do negro nos órgãos educacionais que até hoje tem determinado a alienação do conjunto da sociedade através dos livros escolares. Na escola, a história do negro é totalmente deturpada, colocando sempre o negro em condições de inferioridade em relação ao branco. Por isto, exige-se uma reavaliação da história do negro e a participação da comunidade na elaboração dos currículos escolares (Afro-Latino-América, 2014, p. 85).

No Bloco B, foram agrupadas matérias e entrevistas que abordaram a conexão histórica das lutas do povo negro no Brasil com as internacionais. A resistência internacional ao colonialismo, bem como seus teóricos mais importantes, como Frantz Fanon e Amílcar Cabral, foram lidos e tornaram-se referência para a militância negra do período (Kossling, 2007).¹¹

Já no lançamento do “Afro-Latino América”, anuncia-se o combate internacional ao colonialismo: “Agora que a questão racial ressurge como uma das grandes preocupações da humanidade, e que parcelas significativas da comunidade afro-brasileira querem participar do grande debate internacional, que define novos padrões de convivência racial em todo mundo” (Afro-Latino-América, 2014, p. 13). Na mesma página, na matéria com o título “Nem almas brancas nem máscaras negras”, há uma alusão ao pensamento de Frantz Fanon e anuncia-se a intenção do grupo editor do suplemento: “informar, preservar a cultura, mostrar os valores do negro para o negro”.

¹¹ Sobre a influência de Fanon no pensamento dos jovens estudantes negros dos anos de 1970 e 1980, ver: FAUSTINO, 2022 e GUIMARÃES, 2008.

Neusa Pereira traz notícias e críticas sobre os rumos das lutas dos Panteras Negras nos EUA, que teriam se afastado da massa negra, após serem violentamente atacados pelos agentes do *Federal Bureau of Investigation* (FBI). O texto ainda traz o desafio da educação dos negros estadunidenses, pois as escolas permanecem insuficientes, em pequeno número, com professores deficientes e mal pagos. Outra edição traz notícias sobre o movimento *Black* nos EUA: “A vontade de lutar como o negro norte-americano, em busca da libertação do espírito, através do *soul*”, inspirava os bailes *black* no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em São Paulo (Afro-Latino-América, 2014, p. 50). Ainda sobre a realidade norte-americana, a edição de número 25 apresenta um texto de Baxter Smith, militante negro socialista daquele país, em que ele revela que as investigações realizadas mostravam a atuação do FBI no assassinato das principais lideranças do movimento negro: Malcon X, Fred Hampton e Martin Luther King.

O trânsito internacional de ideias e líderes dos movimentos negros em diferentes países estiveram presentes na veiculação do já mencionado I Congresso de Cultura Negra das Américas, ocorrido em 1977 na Colômbia, nas edições de números 14 e 15 do jornal. A matéria da edição 15, com o título “Contra o racismo por uma nova história”, traz o relato de Mirna Grzych, única jornalista brasileira presente no evento. Digna de nota foi a presença nesse mesmo evento de Abdias Nascimento que, vivendo nos Estados Unidos, emergia como “um grande líder da Negritude, respeitado tanto na África como nos Estados Unidos” (Afro-Latino-América, 2014, p. 25).

Com o título “Re-e-du-car” é trazida a crítica ao colonialismo em Moçambique e os desafios educacionais pós-independência, em que estudar se torna tarefa prioritária, com o objetivo de “melhor servir o povo e não utilizar seus conhecimentos em benefícios próprios e contra os interesses populares. [...] Outros devem produzir para não esquecer sua origem de classe, para aprender a ligar sempre teoria e prática, base do conhecimento científico” (Afro-Latino-América, 2014, p. 29).

O tema da educação era caro às lutas de independência, exemplar foi o caso de Guiné-Bissau. Repórteres do *Versus*, Licínio Azevedo e Maria da Paz Rodrigues, foram enviados à Guiné Bissau em 1976. Desse trabalho jornalístico, resultou o livro *Diário da libertação*, publicado em 1977 pela Editora *Versus* e divulgado na 13ª edição de *Versus* em “Afro-Latino-América”, na matéria

“Lombada”. Eles desnudam as precárias condições sociais: mais de 90% de analfabetos, uma avassaladora taxa de 65% de mortalidade infantil, além das brutais opressões vivenciadas pelas mulheres. Em certo ponto do livro, apresentam a entrevista realizada com Mario Cabral, então ministro da educação de Guiné-Bissau. Foi justamente ele quem contratou o educador Paulo Freire, exilado naquele período em Genebra, para construir um plano educacional para o país independente.

Acessar essas fontes da imprensa negra brasileira, que se tornaram meios importantes de comunicação quanto aos acontecimentos no continente africano, significa também conectar pontos, por vezes dispersos em nossa compreensão: os movimentos negros no Brasil, a atuação internacional de Paulo Freire – ainda mais reconhecido após a publicação de *Pedagogia do Oprimido*, em 1968 – e a produção teórica de Amílcar Cabral, que segundo Thereza Santos “[...] é e continuará sendo por muito tempo o maior ideólogo e político que a África já teve” (Afro-Latino-América, 2014, p. 92).

Em *Cartas à Guiné-Bissau*, Paulo Freire relata a experiência no país africano, momento em que seu pensamento adquire maior radicalidade, ao tomar as categorias da análise marxista para propor a alfabetização de adultos como instrumento a serviço da reconstrução nacional numa tarefa interestrutural: “A reorganização do modo de produção e o envolvimento crítico dos trabalhadores numa forma distinta de educação, em que, mais que ‘adestrados’ para produzir, sejam chamados a entender o próprio processo de trabalho” (Freire, 2011, p. 27). Chama a atenção perceber como aquilo que o educador brasileiro está defendendo em Guiné-Bissau, tendo por base o que Amílcar Cabral denominava de *reafricanização das mentalidades*, aproximasse daquilo que o MNUCDR formulou em seu Programa de Ação:

[...] a reformulação dos programas de geografia, de história e de língua portuguesa, ao lado da substituição dos textos de leitura, carregados de ideologia colonialista, era um imperativo. [...]. Era preciso que os estudantes guineenses estudassem, prioritariamente, sua história, a história da resistência de seu povo ao invasor, a da luta por sua libertação que lhe devolveu o direito de fazer sua história e não a história dos reis de Portugal e das intrigas da corte (Freire, 2011, p. 33-34).

Thereza Santos, exilada em Guiné-Bissau e em Angola, foi entrevistada por *Versus* para contar suas experiências nesses países. A entrevista foi publicada nas edições de número 29 e 30. Em ambos os países, ela atuou na educação de crianças, no ensino fundamental, e com teatro e dança. Em suas memórias, ela registra a centralidade da cultura no continente africano e a preocupação dos dirigentes do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com o desenvolvimento cultural, mesmo no contexto de guerra (Santos, 2008).

Foram publicadas notícias da África do Sul e do assassinato de importante liderança da luta contra o racismo e a opressão naquele país, Steve Biko. A edição 22 de *Versus* publica sobre o levante das forças populares do Congo e a distorção desses acontecimentos na imprensa brasileira, num texto de Marcos Faerman. A edição de número 27 (Afro-Latino-América, 2014, p. 77) traz uma entrevista com o secretário-geral dos trabalhadores pela Aliança Negra da África do Sul, Drake Koka, em que ele anuncia o sentido da luta: “o Movimento de Conscientização do negro propõe-se a organizar todo o povo negro, transformando-o em um bloco de poder para quebrar o poder do bloco *apartheid* branco”.

No Bloco C, estão agrupadas as reportagens que trouxeram a necessidade de recontar a história do negro. Essa exigência inelutável das lutas antirracistas não se restringia à realidade brasileira. Diante da transnacionalização da condição do negro, impunha-se a tarefa de reescrita de sua história, afinal, como alerta Achile Mbembe (2017, p. 35):

As velhas questões de heterogeneidade, diferença e liberdade são ressuscitadas, enquanto as novas elites se apropriam da ideologia da mestiçagem para negar e desvalorizar a questão racial. A contribuição dos afro-latinos e dos escravos negros para o desenvolvimento histórico da América do Sul será apagada, ou, pelo menos, severamente ocultada.

Ao final do I Congresso de Cultura Negra das Américas, na Colômbia, em 1977, uma das deliberações foi “reescrever a história do negro para mostrar sua autêntica participação na construção da América e programar sua difusão na educação primária, secundária, universitária e familiar” (Afro-Latino-América, 2014, p. 25).

Abdias Nascimento, num texto publicado ao longo das edições 16, 17 e 18 de *Versus*, “Democracia racial: mito ou realidade?”, discute a repressão cultural vivenciada pelo povo negro, destinada a destruir os fundamentos culturais africanos, e destaca a função social desempenhada pelo sistema educacional, tido como instrumento de controle na estrutura de discriminação cultural. As escolas negam a memória africana na constituição da consciência brasileira. O autor indaga: “Onde e quando é ensinada a história africana ou o desenvolvimento da cultura e civilização africana nas escolas brasileiras?” (Afro-Latino-América, 2014, p. 38).

Sendo assim, sob diferentes ângulos, esse imperativo de produzir a história brasileira numa perspectiva afro-centrada é abordado no suplemento “Afro-Latino América”. Um deles se refere ao resgate do legado de organizações negras, como a Frente Negra Brasileira, enfocando seus limites e potencialidades, numa entrevista com uma de suas lideranças, Francisco Lucrécio (Afro-Latino-América, 2014), na qual se aborda, inclusive, aquilo que era preciso evitar a partir dessa experiência histórica, na FNB, como a desarticulação entre a luta dos trabalhadores e o enfrentamento antirracista (Afro-Latino-América, 2014).

Por outro ângulo, havia a discussão acerca das datas escolhidas para, supostamente, celebrar o povo negro: 13 de maio, dia da libertação dos escravos pela princesa Isabel, e 28 de setembro, dia da promulgação da Lei do Ventre Livre. Ambas eram combatidas, uma vez que remetem à liberdade concedida de forma paternalista e mentirosa (Afro-Latino-América, 2014). No lugar dessas datas, o que deve ser comemorado é a resistência negra constituída de maneira original e aguerrida nos quilombos. O professor Hélio Santos discute o engano em estudar a história da escravidão, quando o correto seria “a história da luta contra a escravidão”. Com o título “13 de maio ou 1º de abril?”, ele afirma que somente o Brasil não sabe que as insurreições marcaram todo o processo civilizatório: “Trata-se de um profundo engano supor que os escravos assumiram pacífica e mansamente o ônus da escravidão” (Afro-Latino-América, 2014, p. 22).

As páginas de *Versus* trouxeram o Manifesto Nacional do MNUDCR: “A zumbi. 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra”. A data que passou a fazer parte do calendário escolar em 2003, por meio da Lei 10.639, era

reclamada como parte fundamental para a reconfiguração da história contada sobre o passado da população negra no Brasil.

Palmares é alçado, ao longo das edições do suplemento, como a principal referência da resistência à escravidão e como inspiração para as lutas contemporâneas do movimento negro, dado bastante evidente no número 25 do jornal, em “Ventre livre, corpo escravo” e também no texto de Rafael Pinto “Quilombos e a resistência popular” no número 27. Hamilton Cardoso escreve uma “Carta aos irmãos da diáspora”, em que os conchama a conhecer a história e revigorá-la, destaca o esforço do MNUDCR para difundir o dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, e conclui:

Zumbi nasceu livre e talvez esta característica tenha sido a principal responsável por sua consequência na luta. Ele, com todos os quilombolas foram esquecidos, como todas as experiências de luta do negro, da história do Brasil. Hoje, os negros reivindicam o seu direito de conhecer a própria história e esta luta é uma das molas propulsoras de uma nova história que está por ser feita. E a experiência dos antigos, para o surgimento de uma nova sociedade (Afro-Latino-América, 2014, p. 81).

Considerações Finais

A imprensa negra foi, ao longo do século XX, um meio de expressão de organizações negras – seja de clubes, de entidades negras de resistência culturais ou recreativas - com a finalidade de divulgação de suas atividades e, especialmente, do combate à discriminação racial (Souza, 2006). Tais organizações e suas publicações são perseguidas e, mesmo, inviabilizadas nos anos de 1960.

Mais adiante, no contexto da crise da ditadura, o ressurgimento da imprensa negra nos anos de 1970 tem em “Afro-Latino América” uma retumbante expressão. Escrita por mãos negras, a seção recepcionou ideias de intelectuais proeminentes e jornalistas que despontavam como profissionais excepcionais. Trata-se de autores que, antes de tudo, eram figuras com experiência em organizações negras, na luta contra a ditadura e intensamente influenciados pela contestação do colonialismo em nível mundial. Na produção editorial, foi identificada a produção de argumentos que colaboraram para a sustentação e o fortalecimento da pauta educacional do MNU. O ideário destacado das páginas de “Afro-Latino-América”, ao longo

deste artigo, conforma alicerces substantivos para o enfrentamento do eurocentrismo da sociedade brasileira e do brancocentrismo do sistema escolar, assim como é possível identificá-las nos pontos que compõem o programa mínimo do MNU relativos à discriminação racial nas escolas e ao rechaço da comercialização, folclorização e distorção da cultura negra.

Entre os fundamentos das ideias defendidas no MNU acerca da educação está o entendimento de que a forma como o capitalismo brasileiro se desenvolveu exige o entrelaçamento das contestações de raça e de classe para que seja combatido. Edificado com a argamassa do racismo, esse sistema de produção determina: o alijamento das crianças negras da escola pública; a destruição de suas identidades e cultura; produz o analfabetismo; assim como leva os jovens a sofrerem terrivelmente com a violência policial, além de serem sistematicamente interditados no processo político e no convívio social, como relatam as matérias mencionadas na análise do eixo 1.

No segundo eixo de análise, foram enfocadas as organizações e a imprensa negra; a luta internacional contra o colonialismo e o racismo, bem como a exigência de reescrita da história do negro. A necessidade de fortalecimento, difusão e expansão das organizações negras em diferentes formas e propósitos, juntamente aos seus veículos de comunicação, a imprensa negra, são centrais para a organização política e o fortalecimento da identidade negra. Nesse segundo aspecto, o teatro, com grupos como Visungo, Evolução e a CECAN, e a literatura, com o lançamento dos *Cadernos Negros*, foram elementos de destaque.

As informações, teorias e práticas da luta contra as relações coloniais na África e suas imposições culturais, políticas e econômicas, junto ao tema dos Panteras Negras nos EUA, ocuparam as páginas de “Afro-Latino América” com a preocupação de inspirar a atuação da militância negra brasileira, “pois o exemplo de autodeterminação e de desalienação que passam os africanos é uma afirmativa categórica de que nós negros queremos e podemos construir uma nova ordem social [...]” (Afro-Latino-América, 2014, p. 93).

Finalmente, como escreve Jeanne Marie Gagnebin (2006), lembrar do passado, dos que foram derrotados, não constitui apenas ação de homenagem aos mortos, mas, fundamentalmente, de uma atitude de responsabilidade com os vivos e, portanto, uma exigência do presente. As ideias veiculadas em “Afro-Latino-América” transmitem que as organizações

negras e seus intelectuais coadunavam com esse entendimento. Reescrever a história do Brasil, tecendo-a com a autêntica participação do povo negro, traria à tona aspectos veementemente negados pela história oficial, justamente daquela que vigorava nos livros didáticos. Na visão da geração de militantes negros e negras dos anos de 1970 e 1980, era tempo de rechaçar datas comemorativas, símbolos e narrativas edificados sobre o paternalismo e uma visão apassivada do negro. Em suma, era preciso tirar Palmares e Zumbi do rodapé da história, lançando-os como os símbolos a serem exaltados, referências fundantes da resistência à escravidão, da inventividade e da criatividade das pessoas negras artífices dessa realidade social.

Referências bibliográficas

AFRO-LATINO-AMÉRICA. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 105 p. (fac-símile). Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/afro-latino-america-versus/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. **Histórias do movimento negro no Brasil**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC – FGV, 2007.

AZEVEDO, L.; RODRIGUES, M. da P. **Diário da libertação**. (A Guiné-Bissau da Nova África). São Paulo: Versus, 1977.

BARRETO, E. S. et. al. Ensino de 1º e 2º graus: intenção e realidade. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 30, 1979.

BENEDITO, B. S.; CARNEIRO, S.; PORTELLA, T. (orgs.). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Instituto Alana, 2023.

BRAGA, L. S. **A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980 – 1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

CARNEIRO, S. Entrevista. ALBERTI, V.; PEREIRA, A. **Histórias do movimento negro no Brasil**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC – FGV, 2007.

COSTA, E. V., O mito da democracia racial no Brasil. *In*: COSTA, E. V. **Da monarquia à república**. Momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

FAUSTINO, D. **Frantz Fanon e as encruzilhadas**. São Paulo: Ubu, 2022.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**. Registros de uma experiência em processo. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. v. 1 e v. 2.

FERNANDES, F. Prefácio. In: AZEVEDO, L., RODRIGUES, M. da P. **Diário da libertação**. (A Guiné-Bissau da Nova África). São Paulo: Versus, 1977.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GILROY, P. **O Atlântico Negro, modernidade e dupla consciência**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher [1979]. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo, Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. São Paulo: Zahar, 2022.

GONÇALVES, L. A. O. **O silêncio**: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial (um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau 1ª a 4ª série). Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 1987.

GUIMARÃES, A. S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos Estudos**, n. 81, jul. 2008.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o poder**. O movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2001.

HASENBALG, C. O movimento negro. **Anais do Seminário O Retorno do Ator**. São Paulo: FE/USP, 1992.

KÖSSLING, K. S. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no DEOPS/SP (1964-1983)**. Mestrado, Programa de História Social-USP, São Paulo, Brasil, 2007.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2018.

LOBATO, M. **Presidente negro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2008.

MBEMBE, A. **Crítica à razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MOURA, C. Organizações negras. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, **Programa de Ação**, 1978.

NERIS, N. **A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988**. São Paulo: Casa do Direito. 2018.

OCUPAÇÃO CULTURAL JEHOLU. **Enití Lànà** - Aquele que abre o caminho - Episódio 4 - LANCEIRO NEGRO. Direção: Felipe Brito. Produção: 2023. YouTube, 11 fev. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hR4tyUxtEkM&t=1569s>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PEREIRA, A. A. **O mundo negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História-UFF, Niterói, Brasil, 2010.

PEREIRA, A. A.; MAIA, J. L.; LIMA, T. C. S. de. Os papéis do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 75, p. 162-183, abr. 2020.

PEREIRA, N. M. O Afro-Latino-América que vive em mim. In: BRAUNS, E.; SANTOS, G., OLIVEIRA, J. A. (orgs.). **Movimento Negro Unificado**: a resistência nas ruas. São Paulo: Edições Sesc/Fundação Perseu Abramo, 2020a.

PEREIRA, N. M. Pela mulher negra. In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda, OLIVEIRA, José Adão (orgs.). **Movimento Negro Unificado**: a resistência nas ruas. São Paulo: Edições Sesc/Fundação Perseu Abramo, 2020b.

PINTO, R. P. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 86, p. 25-38, ago. 1993. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/936/941> Acesso em: 22 mar.2022.

RATTS, A. (org.). **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimentos – Beatriz Nascimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RIOS, F. M. **Elite política no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIOS, F. M. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. **Plural**, v. 21.1, 2014a, p. 73-96.

ROSEMBERG, F. Relações raciais e rendimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**. n. 63, 1987.

SANTOS, J. R. dos. O movimento negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, v. 2, jul.-set. 1985.

SANTOS, T. **Malunga Thereza Santos**. A história de vida de uma guerreira. São Carlos: Edufscar, 2008.

SPOSITO, M. P. **A ilusão fecunda**. A luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1993.

SOUZA, F. da S. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.